

8 JAN 1987

PCB requer espaço na TV para programa

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) requereu junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a fixação do dia 25 de março para a transmissão do programa do partido em horário gratuito em cadeia de rádio e televisão. E estabeleceu a TVE do Rio de Janeiro e a Rádio MEC, ambas da Funtevê, como emissoras geradoras.

Mas é pouco provável que o PCB consiga o horário requisitado, de acordo com o TSE. O partido ainda não tem registro e nem sequer encaminhou ao Tribunal o seu pedido de registro provisório. Pela lei, apenas os partidos registrados têm direito ao horário gratuito para a transmissão de seus programas. E além disso, já existe um precedente no TSE: foi o caso do Partido Social Cristão (PSC), que solicitou o horário para transmitir o seu programa e não conseguiu por não ter registro.

Os partidos na situação do PCB foram reabilita-

dos apenas para concorrerem às eleições de 15 de novembro, data em que deixaram de existir legalmente, embora continuem existindo de fato. Para que esses partidos voltem a existir diante da Justiça Eleitoral, eles precisam do registro que pode demorar até 70 dias, após a data de entrada do pedido no TSE. Até o momento, apenas três partidos nestas condições têm registro provisório: o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Liberal (PL).

Quanto aos parlamentares eleitos pelos pequenos partidos, é difícil prever como será a participação deles na Constituinte. Eles podem legalizar o partido que os elegeu ou mudarem de sigla. O TSE prefere não entrar no mérito da questão, por achar que foge à alçada da Justiça Eleitoral, mas acredita que nenhum parlamentar ficará de fora da Constituinte.

Novos partidos podem surgir

A maior barreira para a formação de novos partidos está na legislação em vigor e suas inúmeras exigências. Mas um grande número de políticos está convencido de que a Constituinte funcionará com grupos de deputados e senadores que compartilham as mesmas idéias e que, no futuro, poderiam optar pela consolidação através de uma nova sigla. Ou buscar abrigo em alguma legenda que corresponda às teses que defendem.

Ontem, o presidente do Senado, José Fragelli, concordou com a idéia que toma corpo entre políticos de diversos partidos. E até apontou o embrião de uma nova legenda dentro da UDR (União Democrática Ruralista), que poderia ser o partido agrário brasileiro, "não com o caráter reacionário que insistem em lhe atribuir, mas com objetivo de defender os interesses dos grandes, médios e pequenos pecuaristas, lavradores, agricultores e pessoas que vivam da terra".

Fragelli acredita que o crescimento excessivo do PMDB fatalmente obri-

gará que alguns dos seus deputados e senadores busquem outros caminhos partidários, o que considera normal e até salutar para a vida política. O fluxo e refluxo dentro das legendas sempre ocorreu e vai continuar existindo, disse o senador, certo porém de que tudo se realizará com prudência e cautela: "Final, ninguém larga um amor de uma hora para outra".

Reticente quanto à formação de novos partidos, o senador porém admite a migração entre as legendas que resistirão às exigências legais, o PMDB, PFL, PDS, PDT, PT, PTB, com registros, e no máximo um ou dois dos nanicos. Esse quadro, na sua opinião, traz vantagens, porque um número excessivo de siglas apenas dispersa ideais e doutrina.

Para ele, a Constituinte balizará a vida partidária porque a tendência será a reunião daqueles que defendem determinados interesses para votar as matérias em conjunto. Após a elaboração da nova Carta, previu, será natural que optem por permanecerem unidos.